



HOJE TEM NEGOCIAÇÃO

Ato às 12h, no Cebolão, por condições de trabalho, saúde e plano odontológico já



O presidente do Sindicato, Rodrigo Britto (de camisa), acompanhado do diretor Rafael Zanon, em ato na Praça do Cebolão exigindo a implantação do plano odontológico

A implantação imediata do plano odontológico, o projeto BB 2.0, a Comissão de Conciliação Prévia (CCP), novas e urgentes contratações e o combate ao assédio moral. Esses são alguns dos pontos (**veja box**) que entrarão na pauta da rodada de negociação entre a Contraf/CUT, a Comissão de Empresa dos Fun-

cionários e a direção do Banco do Brasil nesta quarta (10), a partir das 15h, em Brasília, dentro do calendário da mesa permanente para 2010.

Para marcar a data, o Sindicato convoca os funcionários para ato que será realizado também nesta quarta-feira, a partir das 12h, na Praça do Cebolão, como forma de pressionar a direção do BB pelo

atendimento dessas reivindicações.

“Todos esses temas fazem parte do calendário das negociações que teremos com o BB ao longo deste semestre. É preciso resolvê-los no tempo previsto, de modo a não misturá-los às demandas da campanha salarial. Para isso estamos mobilizados e cobrando, incessantemente e de todas as formas, respostas da di-

reção do banco, principalmente no tocante ao plano odontológico, que é uma conquista da categoria. Em claro desrespeito aos funcionários, o banco não cumpriu o prazo estabelecido em acordo para implantação do plano, que já expirou em janeiro, e não apresentou qualquer satisfação”, diz o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

O que estará em discussão com o BB nesta quarta

■ Implementação imediata do plano odontológico.

■ CCP – Retomada da negociação com vistas à assinatura de acordo entre a Contraf/CUT e o BB.

■ BB 2.0 – Na avaliação do movimento sindical, as alterações propostas pelo banco provocarão uma série de transtornos no atendimento das agências. O princípio é o de que clientes (pessoa física) com rendimento abaixo de R\$ 4 mil seriam

atendidos de forma “genérica”, ou seja, não poderão contar com os serviços de gerência. Trata-se de uma “elitização” do atendimento, pois a orientação é que esses clientes sejam encaminhados aos canais alternativos de atendimento.

■ Termo de responsabilidade para uso de sistemas e informações do banco – O acesso ao Sisbb só é permitido a quem assina o tal termo. Em nossa avaliação há pontos no termo que ferem os direitos dos trabalhadores e o banco pretende garantir

formas de condenar seus trabalhadores.

■ Incorporação – pagamento de habitualidade, correção da verba VCP, saúde e previdência (migração para Cassi e Previ), contagem do tempo de Nossa Caixa no TAO.

■ Mais contratações

■ Cortes na direção geral de 5% e de 10%

■ Combate ao assédio moral

■ Mudanças na Dilog, USO, CSL e CSO

Por plano odontológico, Sindicato denuncia o BB no Ministério Público

O Sindicato ingressou último dia 2 de fevereiro com denúncia no Ministério Público do Trabalho contra o Banco do Brasil pelo descumprimento de termo de compromisso, assinado em junho de 2009, relativo à implantação do novo plano odontológico, cujo prazo final para ser instituído terminou no último dia 31 de janeiro.

Nas últimas reuniões que manteve com o BB, dentro do calendário de negociações estabelecido para 2010 para as mesas temáticas, o movimento sindical cobrou do banco o cumprimento do acordo, mas a instituição voltou a frustrar os trabalhadores e nada foi apre-



O diretor do Sindicato Eduardo Araújo (de vermelho), acompanhado do assessor jurídico da entidade Paulo Roberto, durante a entrega dos documentos no MPT

sentado. “O banco vem tratando com desdém uma reivindicação histórica do funcionalismo e até agora não deu qualquer satisfação sobre o assunto”, dispara o diretor do Sindicato Eduardo Araújo. “Daí nossa iniciativa de recorrer ao judiciário”.

O plano odontológico foi assegurado no acordo da campanha nacional de 2008, que fixou prazo para implantação até 30 de junho do ano passado. Alegando problemas na elaboração do plano em razão dos efeitos da crise econômica mundial, na época o BB pediu mais tempo para concluir o projeto. Novo acordo assinado entre as partes adiou a apresentação do plano para 31 de janeiro de 2010.

Mesas temáticas já começaram

A plenária nacional dos dirigentes sindicais do Banco do Brasil, realizada pela Contraf-CUT no dia 15 de dezembro, em São Paulo, aprovou as premissas para as negociações das mesas temáticas que estão sendo instaladas em 2010 (PCCS, previdência e terceirização) e para a retomada das discussões sobre saúde e condições de trabalho.

“O debate foi muito rico porque todas as federações e sindicatos

trouxeram contribuições importantes que ajudaram a definir os princípios que nortearão nossas propostas nas mesas temáticas”, afirma Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT e coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. “Vamos agora ampliar essa discussão democrática com a categoria e iniciar a mobilização para pressionar o banco durante o processo de negociações.”

Previdência (Previ Futuro)

- Definir uma forma que permita a mais funcionários retornar ao plano com a facilitação do “pagamento da jóia”.
- Estabelecer a Revisão da Parcela Previ
- Discutir o resgate das contribuições do patrocinador

Saúde e condições de trabalho

- Exigir a implantação dos Comitês de Ética para combate ao assédio moral
- Participar do processo de implantação dos Comitês de Ética
- Acompanhar a reimplantação dos SESMT
- Retornar o debate do PCMSO e dos exames periódicos
- Discutir o ATB (acordo de trabalho) e os modelos de “superação” em mesa temática específica
- O banco deve adotar um novo processo de reforma das agências (ex: aluguel de outro local)
- Privilegiar o processo de prevenção
- Verificar os efeitos do GAT (gerenciador de atendimento) no processo de adoecimento dos funcionários de atendimento das agências

- Cobrar a revisão/implantação das dotações em todas as agências e debate sobre o BB 2.0.
- Fazer uma pesquisa nas bases dos sindicatos para denunciar a sobrecarga de trabalho
- Cobrar do banco que se verifique a existência de denúncias na ouvidoria antes de efetivar nomeações de administradores

Terceirização

- Definir o que são serviços de apoio (vigilância, asseio e conservação, telefonia e ascensoria)
- Debater a instituição de um “fundo garantidor”, nos moldes propostos pelo Ministério do Planejamento, como forma de proteger os trabalhadores no caso de insolvência das empresas
- Solicitar ao banco a relação de todas as empresas contratadas para prestação de serviços e a informação sobre em qual área as mesmas atuam
- Fim dos correspondentes bancários
- Contratar acordo para trabalhadores das coligadas e das controladas e subsidiárias

Confira a seguir algumas das premissas aprovadas:

PCCS

- Eliminar a coexistência de várias categorias de funcionários
- Estabelecer um piso salarial digno (com referência no salário mínimo do Dieese, hoje equivalente a R\$ 2.139,06)
- Valorizar a antiguidade e a experiência no cargo e na função (interstício no PCS e no PCC)
- Valorizar o mérito por meio da incorporação do valor das comissões. A cada ano incorporar um percentual da comis-

são na remuneração do trabalhador

- Adotar a jornada de 6 horas para todos, sem redução de salários
- Excluir da alçada dos gestores imediatos a decisão sobre comissionamentos e descomissionamentos

Previdência (plano 1)

- Retomar a negociação do superávit verificado no Plano 1 da Previ
- Defender a universalidade e igualdade na distribuição dos benefícios